

APRESENTAÇÃO

O sexto ano da Revista Feminismos chega em tempos sombrios, em que enfrentamos retrocessos inimagináveis há poucos anos; hoje vivemos um momento em que os feminismos e outros movimentos libertários precisam encontrar forças para resistir, honrar as nossas companheiras que venceram tantos desafios ao longo de décadas e manter a luta viva. Uma das formas mais eficientes de resistência é a produção e a divulgação de ideias e reflexões que possam contribuir para o fortalecimento das lutas e a conquista de novos espaços e possibilidades. Neste sentido, os sete artigos que trazemos neste número, cujas temáticas são bastante oportunas frente à realidade que estamos vivenciando, bem como o dossiê sobre Antropologias Feministas composto de cinco artigos, constituem o nosso anúncio de resistência e de enfrentamento ao obscurantismo que caracteriza esta nova etapa da vida brasileira.

Iniciamos o primeiro número do sexto volume da nossa revista com o artigo de Yarlenis Mestre Malfrán, Mara Coelho de Souza Lago e João Manuel de Oliveira intitulado *Interseccionalidade e igualdade de gênero em tensão: políticas públicas de saúde em Cuba*, que analisa duas políticas públicas do Ministério de Saúde cubano: O Programa Nacional Materno-Infantil e o Programa Nacional de Atendimento ao Casal Infértil; com base na perspectiva da interseccionalidade, o artigo aponta o quanto os discursos de igualdade que sustentam esses programas reforçam os estereótipos em relação às identidades de gênero e contribuem para produzir mecanismos de exclusão. Para as autoras, “as políticas cubanas que criam as mesmas oportunidades quer para mulheres quer para homens, se baseiam na premissa de que a eliminação das diferenças de classe e do patriarcado conduz à igualdade de gênero. Pensar a igualdade de gênero nesse sentido tem como efeito, entre outras questões, que marcadores como a raça, tão debatidas na teoria interseccional, sejam apagados.”

O segundo artigo *Mulheres negras e família: o debate na imprensa feminista brasileira*, Viviane Gonçalves Freitas discute como certas temáticas muito presentes em debates feministas, como a família, são abordadas

pelo feminismo negro, a partir de textos difundidos nos jornais *Mulherio*, *Nzinga Informativo* e *Fêmea*, nas décadas de 1980 e 1990. Ao longo do texto a autora destaca convergências e discrepâncias entre esta perspectiva e aquela trazida pelo feminismo hegemônico. O artigo traz importantes reflexões sobre família, como a crítica à sua naturalização, como a manutenção das mesmas características (heteronormativa, excludente e protegida pelo Estado), com atribuições muito bem definidas de seus integrantes, cabendo às mulheres a maternidade e as atividades do cuidado e aos homens, a vida exterior à casa. Dados relevantes também são apresentados, como aqueles relativos ao rendimento, que mostram que a renda domiciliar per capita média de uma família chefiada por um homem branco é de R\$ 997, ao passo que a renda média de uma família chefiada por uma mulher negra é de apenas R\$ 491. A autora discute ainda como os textos dos três jornais analisados apresentam o protagonismo das mulheres negras, que compartilham suas vivências múltiplas e efetivam seu empoderamento no discurso.

O artigo que se segue é assinado por Camila de Melo Santana e se intitula *Uma revisão bibliográfica sobre metodologia da autorreflexão e pedagogias feministas*. Nele, a autora constrói uma revisão acerca da metodologia da autorreflexão e das pedagogias feministas, a partir da análise de produções nacionais e estrangeiras sobre tais temáticas. Diferentes concepções de pedagogias feministas e uma possível relação dessas abordagens com a educação popular, fundamentada no pensamento de Paulo Freire, e mais especificamente a metodologia e os grupos de autorreflexão feminista, desde a década de 1960 até os dias atuais, constituem o foco da análise apresentada no texto. Destaca-se ainda a perspectiva crítica que a autora apresenta sobre os grupos, a exemplo daquelas feitas por inúmeros motivos e sujeitos, inclusive homens militantes, que muitas vezes desqualificavam a atuação do feminismo que supostamente dividiriam as forças da esquerda, mas também por feministas. No entanto, para a autora, é importante destacar que a

experiência de vida das mulheres deve constituir a base das reflexões coletivas, da construção de teorias e da práxis feministas, e também que os grupos de consciência são importantes instrumentos de construção de identidades feministas.

O texto apresentado por George André Lando, Elaine Ferreira do Nascimento, Liana Maria Ibiapina do Monte e Alessandro Pelópidas Ferreira de Queiroz, intitulado *A fluidez do gênero e o direito à não identificação do sexo biológico* discute o direito das pessoas à não identificação pelo sexo anatômico, prática hegemônica na sociedade. Os autores e autoras discutem as bases históricas desta prática, os princípios judaico-cristãos que embasam a construção sócio-histórica do feminino e do masculino, bem como a emergência das lutas de pessoas de sexualidades dissidentes por visibilidade, dignidade e cidadania plena. Aspectos jurídicos ligados à questão são discutidos no texto, a exemplo do o artigo 58 da Lei n.º 6.015/73, que passou a ser interpretado pelo STF no sentido de possibilitar as pessoas transexuais e transgêneros a modificação do nome e do gênero pela via extrajudicial, independente da realização de cirurgia de transgenitalização. Para as autoras, esta nova interpretação “representa o reconhecimento da existência do direito fundamental à identidade de gênero e também assegura sua eficácia ao garantir a qualquer pessoa trans a liberdade de escolher o que lhe for mais conveniente.”

Na sequência, temos o artigo intitulado “*Movimento feminista no Brasil no século XX*”, em que a autora Maria Salet Ferreira Novellino reconstitui a trajetória das diferentes fases do feminismo brasileiro no século passado, de modo a destacar as bandeiras de luta em cada contexto histórico e político. Mais precisamente, o texto discorre sobre o processo de organização e mobilização do movimento feminista desde os anos 1910-1940, com a luta para participação das mulheres na vida política do país, como eleitoras e como candidatas; nos anos 1940-1970, tendo como principal objetivo a emancipação social e econômica dessas mulheres; nas décadas 1970-1980, voltado para o combate contra toda forma de opressão, em prol da liberação feminina dos papéis estabelecidos pela uma sociedade patriarcal; e, por fim, nos anos 1980-1990,

período marcado pelo crescimento de ONGs feministas e reivindicação junto ao Estado para a criação de políticas públicas que levassem em conta as especificidades das mulheres, pavimentando o caminho para a conquista de direitos e políticas com recorte de gênero implementadas nos primeiros anos do século XXI.

No artigo seguinte, “*Machismo e discurso de ódio nas redes sociais: uma análise das ‘opiniões’ sobre a violência sexual contra as mulheres*”, Rosane Cristina de Oliveira, Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima e Raphael Fernandes Gomes se propõem a decifrar o machismo contido nos discursos de ódio proferidos nas redes sociais. Para tanto, fundamentam-se teoricamente nos problemas de gênero apontados por Judith Butler; nos estudos de Pierre Bourdieu sobre como a dominação masculina se instala na sociedade e afeta a vida das mulheres, bem como Heleieth Saffioti que, ao investigar a interface entre violência, gênero e patriarcado, recompõe o processo violento a que as mulheres foram (são) submetidas no Brasil, desde o período colonial, alimentando o machismo nos dias atuais. Munidas/o desse aporte teórico, toma-se a notícia de violência sexual perpetrada contra uma jovem no Bairro de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro, em maio de 2016, cuja compilação e análise dos *comentários* extraídos da rede social *Facebook* revelam discursos moralizantes que culpabilizam a jovem por seu comportamento errático e desviante, a destruturação familiar e, o próprio feminismo por induzir as mulheres exercerem sua sexualidade de forma livre e despudorada, o que denuncia “a base estrutural da cultura machista sob a qual parte significativa dos ‘julgadores’ estão alicerçados”.

No último artigo, Luciana Vieira Rubim Andrade e Mariana de Lima Campos, no artigo intitulado “*A institucionalização de políticas de enfrentamento às violências contra as mulheres em Minas Gerais: conquistas, entraves e desafios*”, ressaltam a importância da criação e trabalhos desenvolvidos pela Subsecretaria de Política para as Mulheres no combate à violência contra as mulheres, ao mesmo tempo em que apresentam dados alarmantes, que revelam a fragilidade do sistema de justiça de Minas Gerais, mas também da rede de enfrentamento às violências contra

as mulheres cujos serviços especializados são pouco conhecidos por elas ou mesmo inexistentes, a exemplo do Juizado de Violência Doméstica e Familiar, além da morosidade do atendimento, o que dificulta o seu acesso à justiça. Identificam ainda que o interior do Estado é desprovido de uma rede de enfrentamento à violência, o que favorece o aumento do fenômeno e a impunidade dos homens autores de violência. Outro importante ponto destacado diz respeito à necessidade de as ações contemplarem a diversidade das mulheres mineiras e suas particularidades, mas também a instrumentalização dos municípios acerca da violência sob uma perspectiva de gênero.

O dossiê que orgulhosamente apresentamos neste número intitulado “Antropología feminista en América Latina: pensamiento y práctica”, reúne artigos de especialistas da área na América Latina, destacando as trajetórias da antropologia feminista em países latinos a partir de dois eventos: os colóquios sobre a temática realizados em Buenos Aires em 2013 e na Cidade do México, em 2015. Nas palavras de Mary Rosaria Goldsmith Connely, os objetivos deste dossiê incluem “compartir con nuestras colegas de habla portuguesa las reflexiones que venimos desarrollando desde 2013 para propiciar un mayor acercamiento entre nuestras posturas antropológicas. El segundo es poner en práctica una de nuestras premisas en materia de política académica: incentivar la lectura de nuestras aportaciones, escritas en nuestros propios idiomas, para enriquecer a las comunidades académicas latinoamericanas a partir de nuestras heterogeneidades.”

Ainda compõe este número da nossa revista a resenha do livro de Lindamir Salete Casagrande, intitulado e *Cintia Silenciadas e invisíveis: Relações de gênero no cotidiano das aulas de matemática*, escrita por Cintia de Souza Batista Tortato. A resenha mostra a importância do livro no contexto dos estudos feministas da Ciência e da Tecnologia e também no campo da Educação, uma vez que aborda de forma direta e numa linguagem clara e objetiva os estereótipos de gênero presentes no cotidiano escolar, em torno de uma concepção de que meninas não são dotadas de capacidades cognitivas para aprender matemática e áreas afins. Como assegura a autora, o

livro “oferece uma abordagem situada e fundamentada sobre a materialidade de práticas pedagógicas que, historicamente são entendidas como ‘neutras’, mas que acabam por justificar o afastamento das mulheres das áreas exatas e tecnológicas.”

Resta-nos agradecer de modo caloroso às colaboradoras e colaboradores deste número, ao tempo em que pedimos desculpas pelos atrasos que, entre outros diversos fatores, devem-se atualmente aos percalços relacionados à migração da nossa revista para o sistema próprio da ufba. Esperamos normalizar a nossa edição em breve, na esperança de contribuir para uma comunicação cada vez mais potente dos estudos feministas no nosso país.

Saudações feministas,

Márcia Santana Tavares, Ângela Maria Freire de Lima e Souza, Cecília Maria Bacellar Sardenberg, Josimara Aparecida Delgado Baour, Maíra Kubík Mano, Clarice Costa Pinheiro, Maise Zucco.